

A insegurança alimentar no Brasil e a inflação de alimentos no período da pandemia do Covid-19: uma breve reflexão de suas causas¹

Fernando Dionízio²

Águida Cristina Santos Almeida³

RESUMO

O presente artigo oferece uma análise acerca da insegurança alimentar no Brasil, examinando seu histórico, trajetória e as políticas governamentais empenhadas à sua superação, ao longo das gestões políticas do Partido dos Trabalhadores (PT). Explora a redução notável da fome durante os referidos governos, e evidencia o retorno crescente da insegurança alimentar nos anos mais recentes (desde a gestão Temer e no governo Bolsonaro), as quais também são contempladas no trabalho em pauta. O estudo ressalta a urgência de ações eficazes para enfrentar esse problema social e humanitário e meios de promover a segurança alimentar no país, especialmente em meio a um contexto de agravamento da insegurança alimentar, como aconteceu durante a pandemia da COVID-19.

Palavras-chave: Insegurança Alimentar. Partido dos Trabalhadores. Políticas Públicas. Pandemia do COVID-19.

Introdução

A questão da insegurança alimentar se destaca como um desafio persistente e multifacetado no contexto brasileiro, pois, este fenômeno complexo, definido pela insuficiência de acesso físico, econômico e social a alimentos nutritivos, tem impactos significativos na qualidade de vida e na saúde de milhões de indivíduos em todo o país. Esta análise propõe uma reflexão crítica sobre a trajetória histórica e as políticas públicas adotadas para lidar com a insegurança alimentar no Brasil. Ao longo da história, a insegurança alimentar no Brasil foi marcada por uma série de desafios e conquistas. Desde o reconhecimento do direito humano à alimentação adequada exposta na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, diversas iniciativas foram implementadas visando garantir esse direito fundamental à população.

¹ Trabalho escrito no âmbito da atuação no Programa de Educação Tutorial – PET, do curso de Ciências Econômicas da UFCG, no ano de 2023.

² Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFCG, integrante do PET-Economia. Email: fernandolimarmg5@gmail.com.

³ Docente do curso de Ciências Econômicas da UFCG, tutora do PET-Economia. No presente trabalho atuou como orientadora. Email: aguidasantosalmeida@gmail.com.

Notavelmente, os governos do PT lançaram políticas e programas significativos, como o Fome Zero, que conseguiram reduzir substancialmente os níveis de pobreza e extrema pobreza, demonstrando a eficácia de políticas públicas focadas e integradas. Contudo, períodos posteriores testemunharam uma reversão desses avanços, com a desconstrução progressiva das políticas anti-fome, resultando no ressurgimento da insegurança alimentar em certos estratos sociais, especialmente exacerbada durante o contexto desafiador da pandemia de COVID-19. Esta análise busca examinar criticamente as mudanças nas abordagens governamentais em relação à segurança alimentar, contextualizando os resultados obtidos, os desafios enfrentados e as perspectivas futuras, sendo a compreensão desses aspectos crucial para delinear estratégias mais robustas e eficazes na luta contra a insegurança alimentar, visando a construção de um país mais justo, equitativo e livre da fome.

1. A questão da Insegurança Alimentar no Brasil: Um breve histórico

A insegurança alimentar é um fenômeno resultante da insuficiência de acesso físico, econômico e social a alimentos, numa quantidade/qualidade incapaz de suprir as necessidades nutricionais de um indivíduo, conforme a definição estabelecida pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Este problema, pode se manifestar de maneira crônica ou temporária e engloba três níveis distintos: leve, moderado e grave. Na sua forma leve, ocorre uma deterioração na qualidade dos alimentos consumidos e uma apreensão quanto ao acesso a alimentos no futuro. O grau moderado de insegurança alimentar é caracterizado por uma significativa redução na quantidade de alimentos ingeridos e pela ausência de determinadas refeições. Já na sua situação mais severa, a insegurança alimentar atinge o seu ápice, manifestando-se quando a ingestão de alimentos é completamente interrompida por um dia ou mais (GUITARRARA, 2023).

Os fatores subjacentes à insegurança alimentar são diversificados e incluem a escassez de alimentos, dificuldades no abastecimento, produção insuficiente, perda de renda devido ao desemprego, condições de pobreza e altos custos dos alimentos. A mensuração dessa condição pode ser realizada através de diferentes indicadores e pesquisas, sendo a Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar (EBIA) um exemplo, a qual classifica os lares nos mencionados níveis de insegurança alimentar (GUITARRARA, 2023).

A insegurança alimentar tem sido uma preocupação constante na realidade brasileira ao longo da história, diversas perspectivas têm sido levantadas acerca deste tema, polarizando opiniões acerca do alcance efetivo do pleno direito dos cidadãos em desfrutar de um padrão

de vida e de segurança alimentar adequada. Por um lado, há aqueles que afirmam que a população brasileira conquistou efetivamente esse direito, assegurando condições de vida satisfatórias que propiciem acesso a uma alimentação digna e suficiente. Sob essa ótica, argumenta-se que políticas públicas e esforços governamentais têm contribuído para a mitigação da insegurança alimentar, permitindo que a sociedade usufrua de uma alimentação balanceada e adequada às necessidades nutricionais.

Por outro lado, também há visões discordantes que sustentam que a população brasileira não tenha alcançado um nível de acesso à alimentação condizente com a dignidade humana. Segundo essa perspectiva, as desigualdades socioeconômicas persistentes, desafios estruturais e ausência de políticas públicas abrangentes têm resultado em situações de vulnerabilidade alimentar para significativa parcela da população. Nessa visão, a confiança de não enfrentar a escassez de alimentos em suas residências ainda não foi plenamente garantida para muitas famílias brasileiras.

Então, partindo da constatação de que a insegurança alimentar voltou a ser um grave problema social a assolar parcela significativa da população Brasileira, desde o ano 2018, agravando-se ao longo da pandemia do COVID-19, pretende-se no presente trabalho fazer uma análise crítica e minuciosa dos elementos que circundam a temática em questão. Foi o que, em 1946, o renomado médico, professor, cientista social, político e escritor, Josué de Castro, fez com a publicação do livro intitulado "Geografia da Fome". Essa obra representa uma contribuição significativa à compreensão da evolução histórica da alimentação, da nutrição e da produção de alimentos no contexto brasileiro, abrangendo aspectos cruciais como o acesso e o consumo alimentar. Através da utilização de critérios embasados em marcos históricos, políticas públicas, legislações e estudos realizados nessas áreas, Josué de Castro sistematizou o panorama da fome no país (CASTRO, 1984).

Durante a primeira metade do século XX, o Brasil sofreu diversas “mazelas”, conforme observado por Castro, como a desnutrição, um surto de sarampo devastador no vale do Jequitinhonha, o qual revelou as condições deploráveis de saúde e desnutrição na região, ilustrando uma situação calamitosa. Sendo que essa realidade não foi isolada, uma vez que dados oficiais também indicaram problemas similares no Nordeste brasileiro. A desnutrição, resultado de uma combinação complexa de fatores econômicos, sociais e políticos, era uma realidade contundente, da qual nem as regiões mais desenvolvidas do país escapavam, embora castigasse de modo mais severo as regiões mais pobres e vulneráveis, deixando cicatrizes profundas na saúde e no desenvolvimento das populações dessas regiões (CASTRO, 1984).

Nesse período, os indicadores de desnutrição eram alarmantes e a carência de nutrientes essenciais afetava principalmente crianças, gestantes e idosos. A falta de acesso a uma alimentação adequada e balanceada impactava negativamente o crescimento e o desenvolvimento físico e mental das crianças, comprometendo seu potencial futuro e perpetuando o ciclo da pobreza em muitas famílias. O surto de sarampo nessas localidades foi apenas um exemplo gritante das consequências trágicas da desnutrição, que também se manifestava pelos surtos de outras doenças infecciosas e em uma alta taxa de mortalidade infantil (CASTRO, 1984).

Tomando como exemplo o estudo feito por Josué de Castro em 1932, intitulado "As condições de vida da classe operária no Recife", podemos reproduzir as condições preocupantes no tocante à alimentação e à nutrição de parcela significativa da população daquela região, sendo esta uma realidade presente em diferentes localidades do país. Os dados dessa pesquisa apontaram que o consumo de leite e frutas era quase inexistente em 80% das famílias pesquisadas, o que denotava uma carência de alimentos do grupo dos "protetores", ricos em vitaminas e minerais essenciais para o desenvolvimento.

A pesquisa mostrou ainda que a ingestão calórica média observada foi de apenas 1.645 calorias diárias, muito abaixo das necessidades energéticas diárias estimadas para um adulto saudável, que era de 2.640 calorias. Além do mais, a dieta era caracterizada pelo excesso de carboidratos, principalmente de origem vegetal, como feijão, milho e farinha de mandioca. A falta de gorduras na alimentação também indicava uma deficiência de vitaminas lipossolúveis na dieta. Outra preocupação importante era o baixo consumo de minerais, como cálcio e ferro, e de vitaminas hidrossolúveis, que estavam muito abaixo das recomendações nutricionais. Ou seja, esse estudo revelou a grave situação de desnutrição e deficiências nutricionais enfrentadas pela população do Recife e intuitivamente de forma semelhante em boa parte do país na primeira metade do século XX.

As condições precárias de vida e a falta de acesso a uma alimentação diversificada e nutritiva resultaram em consequências adversas para a saúde e o desenvolvimento das pessoas. Foi somente no final da década de 1940, mais precisamente no ano de 1948 com a Promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em Paris, onde o direito humano à alimentação foi instituído no artigo 25: "Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação [...]".

A partir de então, o discurso de combate à fome no contexto mundial e no Brasil ganhou força e foram criadas as primeiras organizações não governamentais (ONG) com o propósito de combate à fome, a exemplo da Associação Mundial de Luta Contra a Fome

(ASCOFAM) e uma década depois a Food and Agriculture Organization (FAO) aprovou a realização da primeira Campanha Mundial de Combate à Fome, sensibilizando a opinião pública internacional sobre a gravidade do problema da fome e promovendo ações para enfrentar a insegurança alimentar em diversas regiões do mundo (CAMPELO, 2022).

No Brasil, a criação do Programa Nacional de Merenda Escolar (PNAE) foi a primeira grande ação de combate à fome por parte do governo, seguido pela criação da Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal), que teve a função de agir como elemento regulador do mercado e participar da execução de planos e programas de abastecimento elaborados pelo governo, relativos à comercialização de gêneros alimentícios. Nesse contexto, diversas legislações foram criadas com o objetivo de estimular a produção, o abastecimento, a estabilidade de preços e a exportação dos produtos agrícolas, a saber: Lei nº 4.504/1964 - Estatuto da Terra junto com a Lei nº 5.868/1972 - Política Agrícola, foram ações importantes para promover a reforma agrária brasileira e visavam promover a modernização agrícola, incentivar a distribuição de terras, garantir a segurança jurídica dos posseiros e promover o desenvolvimento rural sustentável (CAMPELO, 2022).

Vale ressaltar outras diversas ações e políticas públicas que, contribuíram, diretamente, para o combate à fome no Brasil, com destaque para a criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (Inan) em 1972, que teve um papel relevante na promoção da alimentação adequada e na melhoria da nutrição da população brasileira. No entanto, com o passar dos anos, o órgão foi passando por reestruturações e mudanças em sua estrutura e suas funções foram sendo absorvidas por outros órgãos governamentais, como o Ministério da Saúde e o Ministério do Desenvolvimento Social, em resposta às novas demandas e mudanças nas políticas públicas relacionadas à alimentação e à nutrição no Brasil (CAMPELO, 2022).

Não obstante, foi somente a partir do ano de 1988 com a aprovação da nova Constituição Federal que ocorreu uma “virada de chave” no combate à fome, pois se estabeleceu, o capítulo de seguridade social que representou um avanço significativo na luta para combater o mal social da fome. Com a aprovação do sistema de seguridade social, o propósito foi garantir direitos essenciais e universais de cidadania, consagrados em um conjunto abrangente de medidas destinadas a assegurar o direito à saúde, previdência e assistência social. Ademais, a Constituição também estabeleceu os fundamentos legais para o estabelecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), juntamente com os princípios e orientações que envolvem a universalidade, descentralização, integralidade do cuidado, resolutividade, humanização do atendimento e participação social. Através dessas disposições

buscou-se criar um arcabouço normativo para promover a equidade e a inclusão, almejando mitigar as disparidades no acesso a alimentos adequados e, conseqüentemente, melhorar a condição nutricional e a qualidade de vida da população brasileira (BRASIL, 1990).

A partir desse marco histórico, houve um considerável aumento da participação do Estado com relação às políticas públicas relacionadas à alimentação, nutrição e segurança alimentar, trazendo importantes avanços e fundamentos legais para o desenvolvimento de ações mais abrangentes e inclusivas nesse contexto, reconhecendo a alimentação como um direito social. A Constituição garantiu a todos o direito à alimentação adequada, conferindo amparo jurídico para a implementação de medidas voltadas à promoção da segurança alimentar e ao combate à fome e à desnutrição no país (BRASIL, 1990).

A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) também teve um papel relevante na promoção de uma alimentação saudável, na educação em saúde e na vigilância alimentar e nutricional, e estabeleceu uma abordagem que fortaleceu o conceito de saúde como um direito humano, integrando ações preventivas e de promoção da saúde em consonância com os direitos sociais previstos na Constituição. Dentre as políticas implementadas após a Constituição Federal de 1988, destaca-se a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), estabelecida em 1999, bem como programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. Essas iniciativas visavam combater a insegurança alimentar e fortalecer a agricultura familiar, além de consolidar a participação social por meio de conselhos e conferências de segurança alimentar.

1.1. Combate à Fome no Brasil Durante os Governos Lula e Dilma

Durante os governos do Partido dos Trabalhadores no Brasil, de 2003 a 2016, uma série de iniciativas foram implementadas com o objetivo de combater à fome e promover a segurança alimentar no país. No início do primeiro mandato do presidente Lula, cerca de 14,5% da população brasileira enfrentava a fome, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), e mais, os dados relativos à pobreza no Brasil anteriores a esse período assustavam.

Contudo, ao longo dos seus dois mandatos e do mandato da presidente Dilma Rousseff, registraram-se uma notável diminuição nos níveis de pobreza e extrema pobreza, de acordo com informações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ao longo das décadas de 1980 a 2010, a taxa de pobreza no país experimentou uma queda significativa,

passando de 41,29% para 16,48%, ao passo que a taxa de pobreza extrema foi reduzida de 16,40% para 5,70%.

Diante disso, uma das políticas de combate à fome que recebeu mais destaque foi o Programa Fome Zero, lançado em 2003, o qual buscava a erradicação da fome e da extrema pobreza através de um conjunto integrado de ações. Tendo como resultado, segundo os critérios de classificação da pobreza adotados pelo programa, no período entre 2003 e 2009, mais de 20 milhões de pessoas saíram dessa condição, com a maior redução ocorrendo nas áreas rurais, com um número de 5 milhões de pessoas, especialmente na agricultura familiar, onde mais de 4 milhões de pessoas conseguiram superar a pobreza (DEL GROSSI, 2010).

Seguindo essa linha de raciocínio, as ações incluíram programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, que ofereceu apoio financeiro a famílias de baixa renda, e a ampliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que fornecia refeições diárias a milhões de estudantes, além de apoiar a agricultura familiar e a produção de alimentos locais, com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com a finalidade de adquirir produtos de agricultores familiares e os distribuir para programas sociais, escolas e outras instituições públicas, promovendo a geração de renda e a segurança alimentar nas áreas rurais.

Além disso, os governos Lula e Dilma promoveram a agroecologia e a agricultura familiar, como alternativas sustentáveis e socialmente justas ao agronegócio, através de políticas como o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (CAMPELO, 2022).

Tais esforços culminaram na saída do Brasil do Mapa da Fome em 2014, conforme definido pela FAO, que considera um país nessa condição quando menos de 5% de sua população sofre com subnutrição crônica. A conquista desse status pelo Brasil resultou de uma série de ações e políticas públicas direcionadas ao combate à fome e à insegurança alimentar, demonstrando a efetividade das medidas adotadas (CAMPELO, 2022).

2. Desconstrução das Políticas de combate à fome: Um Olhar sobre as Gestões de Michel Temer e Jair Bolsonaro

Durante os governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022), o Brasil testemunhou uma desconstrução significativa das políticas públicas voltadas ao combate à fome. Este fenômeno foi associado à implementação de políticas neoliberais de austeridade, resultando em cortes substanciais nos investimentos voltadas às iniciativas de

segurança alimentar. A drástica redução desses investimentos, aliada ao desmantelamento, descontinuidade ou até estratégias que resultaram na inanição das políticas existentes, culminou no retorno da fome aos grupos sociais em situação de vulnerabilidade e baixa renda no país (GUEDES, 2022).

A trajetória observada nessas políticas nos governos de Temer e Bolsonaro destaca a ausência de uma unidade federativa sólida e comprometida com o desenvolvimento inclusivo, direcionado para sanar problemas estruturais. A insegurança alimentar e a fome, problemas sociais e de desenvolvimento, exigem uma abordagem integral e sustentável, isso implica na criação de políticas públicas efetivas e equitativas, como por exemplo: investimentos em programas de transferência de renda; ações para fortalecimento da agricultura familiar; promoção da educação alimentar e nutricional, e; garantia do acesso regular e permanente a alimentos de qualidade para toda a população brasileira. Contudo, a desconstrução das políticas de combate à fome, durante essas gestões não apenas evidenciou uma lacuna significativa na gestão governamental, mas também agravou a situação, especialmente durante a pandemia de COVID-19 (GUEDES, 2022).

Além disso, o aumento da inflação, em particular dos alimentos básicos, combinado com os impactos econômicos da pandemia, criou um cenário desafiador no acesso a alimentos para grande parte da população e a incapacidade de implementar estratégias coordenadas e abrangentes para lidar com a insegurança alimentar revelou-se ainda mais crítica, enfatizando a necessidade urgente de uma abordagem mais eficaz diante de momentos desafiadores como o enfrentado durante a pandemia da COVID-19 (GUEDES, 2022).

No ano de 2020, o Brasil testemunhou um agravamento da insegurança alimentar, particularmente durante o período da pandemia. Mas na verdade, o quadro de insegurança alimentar já vinha em deterioração desde o ano de 2017. Pesquisas conduzidas pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (PENSSAN), indicam que a insegurança alimentar severa afetou 9% da população, conforme dados do "Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil", no ano de 2021. Esses números revelam um retrocesso de quinze anos em apenas cinco, colocando novamente a fome como um desafio estrutural. Os resultados deste estudo ressaltam que, em 2020, o Brasil retornou a níveis de insegurança alimentar e de fome, comparáveis aos patamares observados em 2004 (PENSSAN, 2021).

Esse cenário tem sido associado à crise econômica, muita severa no biênio 2015-2016, acompanhada da retomada de uma agenda de política neoliberal radicalizada, que resultou dentre outras coisas, no desmonte das políticas públicas destinadas ao combate à

fome nos governos do PT, as quais contribuíram para o aumento significativo do número de brasileiros enfrentando algum grau de insegurança alimentar, bem como do corte de recursos destinados às mesmas. Além disso, a inflação dos alimentos também desempenhou um papel importante nesse contexto, face ao aumento dos preços dos alimentos básicos, como arroz, feijão, carne e óleo de soja, que impactou diretamente a capacidade das famílias de adquirirem alimentos em quantidade que permitisse uma alimentação adequada. Sendo assim, a pandemia da Covid-19, associada a um governo ineficiente, agravou ainda mais a situação, uma vez que trouxe consequências econômicas, como o aumento do desemprego e a redução da renda das famílias. Além disso, o isolamento social e as restrições de mobilidade, necessárias no controle da crise sanitária, na pandemia, também afetaram a produção, distribuição e acesso aos alimentos, especialmente para as populações mais vulneráveis (PENSSAN, 2021).

Diante desse contexto, é fundamental retomar e fortalecer as ações integradas de combate à fome e à insegurança alimentar no Brasil, é necessário investir em programas de transferência de renda, fortalecer a agricultura familiar, promover a educação alimentar e nutricional, e garantir o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade para toda a população brasileira, assim será possível superar os desafios e construir um país justo e igualitário livre da fome e da insegurança alimentar.

2.1 O Governo Lula 3 e a perspectiva de erradicar a fome novamente no país

Em razão da vitória do Lula, na eleição de 2022, para um terceiro mandato presidencial, estão sendo reconstruídas as estruturas, políticas e programas que permitiram praticamente a extinção da insegurança alimentar e da fome, no Brasil. Desde o início de seu novo mandato em 2023, o governo "Lula 3" tem trabalhado na reintrodução de importantes programas, incluindo o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa de Merenda Escolar e a revitalização do Bolsa Família. ademais, uma das medidas cruciais foi a reinstauração do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) criado em 1993, que havia sido extinto pelo então presidente Jair Messias Bolsonaro em 2019. e tinha como missão coordenar e monitorar as políticas públicas relacionadas à alimentação e nutrição no Brasil. Além desses programas nacionais, os governos em pauta também se envolveram em iniciativas internacionais para combater a fome e promover a segurança alimentar, como o Desafio Fome Zero e o Programa Alimentar Mundial. (FAO, 2023)

3. A inflação de alimentos e suas consequências à insegurança alimentar

A inflação é definida como um aumento generalizado e persistente dos preços dos bens e serviços, em uma economia, ao longo de um determinado período. Ela é medida por meio de índices de preços, a exemplo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a variação média dos preços de uma cesta de produtos e serviços consumidos pelas famílias brasileiras com rendimentos de 1 a 40 salários mínimos. Em outras palavras, os índices de preços servem para medir a inflação que afeta o custo de vida da maioria da população. (PINHO, 2017)

As consequências são mais drásticas para as famílias e indivíduos dos menores estratos da renda, dado que a cesta de alimentos possui um peso maior na renda familiar. Uma vez que todos dependem dos alimentos para atender às suas necessidades básicas, os aumentos dos preços das provisões têm efeitos adversos tanto na economia quanto na vida das pessoas, resultando em uma redução do poder de compra, o que, por sua vez, afeta negativamente o bem-estar e a qualidade de vida. Com isso, as famílias se veem forçadas a gastar uma parcela maior da renda em alimentos, deixando menos recursos disponíveis para outras necessidades essenciais, como moradia, educação e cuidados de saúde, e essa condição vai se agravando quanto menor é o nível de renda, e portanto, maior é o peso dos alimentos no orçamento familiar.

Além do mais, a inflação alimentar pode criar incertezas e ansiedade em relação à segurança alimentar, à medida que as famílias lutam para garantir alimentos adequados e nutritivos para si e para seus filhos e outros dependentes. Dentre as causas que explicam esse fenômeno podemos observar a relação entre oferta e demanda de bens e serviços, bem como problemas estruturais, como por exemplo, eventos climáticos, choques de oferta e políticas governamentais. Pelo lado da demanda, a inflação emerge quando há um excesso de demanda em relação à oferta de bens e serviços, o que, por sua vez, leva a um aumento significativo dos preços. Por fim, mas não menos relevante, as políticas governamentais desempenham um papel crucial no controle da inflação, sendo fundamentais ações como a manutenção de estoques regulatórios, políticas de incentivo à agricultura familiar, políticas sociais, dentre outras ações governamentais, que cumprem um papel central na estabilidade do preço dos alimentos. (FURNO, J.; ROSSI, P, 2023).

3.1. Impactos da Inflação de Alimentos na Economia e no Bem-Estar Social

No contexto dos alimentos, essas dinâmicas inflacionárias, juntamente com problemas estruturais na produção e distribuição de alimentos, adquirem uma relevância ainda maior, pois afetam diretamente o acesso das pessoas a alimentos essenciais e entender como a inflação interage com os preços dos alimentos é fundamental para analisar suas implicações na segurança alimentar da população, pois a inflação nesse setor possui impactos substanciais, especialmente para os estratos sociais mais desfavorecidos. (COUTO, 2010, p. 296)

Os preços dos alimentos-salário desempenham um papel fundamental na determinação dos níveis de renda, dos salários reais, do consumo e da qualidade nutricional da população, sendo assim, a capacidade de adquirir alimentos está inextricavelmente vinculada à renda, e os preços dos alimentos desempenham um papel vital quanto às possibilidades de acesso econômico à alimentação. Além disso, a disponibilidade de alimentos deve ser analisada em relação aos preços relativos, considerando o poder aquisitivo dos salários e outras formas de renda da população. (COUTO 2010, p. 296)

A escalada dos preços dos alimentos é a manifestação visível de um conjunto de fatores que historicamente contribuíram para a exclusão social e a contínua violação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) para grandes segmentos da sociedade, essa condição exerce efeitos negativos profundos no desenvolvimento humano e isso se traduz no aumento da pobreza, na deterioração da qualidade nutricional, na redução da utilização de serviços educacionais e de saúde, bem como na exaustão dos recursos produtivos das camadas economicamente desfavorecidas, que já estão enfraquecidas pela falta de uma alimentação adequada. (BURITY, 2010).

É observável que a volatilidade dos preços dos alimentos torna tanto os pequenos agricultores, que geralmente consomem mais alimentos do que produzem, quanto os consumidores de baixa renda, cada vez mais suscetíveis à pobreza. Pois, um aumento nos preços dos alimentos, pode ocasionar, em parte, a anulação de qualquer aumento de renda experimentado por uma determinada população e, pode ser ainda pior se o preço dos alimentos estiver subindo, sem que sequer a renda nominal esteja acompanhando essa trajetória.

Um exemplo impactante desse fenômeno pode ser observado na história econômica do Brasil, quando, durante a década de 1990, os níveis de inflação atingiram mais de 2.000% entre 1993 e 1994, resultando em flutuações extremas no poder de compra do salário mínimo em relação à cesta básica, variando de 40% a 140% entre janeiro de 1990 e meados de 1994,

devido à inflação e aos reajustes salariais para compensar a correção monetária. Após a introdução do Plano Real, em 1994, houve um impacto inflacionário decorrente da mudança de moeda, levando a uma situação em que a aquisição de uma cesta básica consumia mais do que a totalidade de um salário mínimo entre junho de 1994 e maio de 1995. Contudo, a partir do segundo semestre de 1994, com o controle progressivo da inflação, houve uma tendência à melhoria da acessibilidade alimentar, tornando o poder de compra do salário mais favorável. Com esse cenário positivo persistindo até o final de 1997, sofrendo um retrocesso no início de 1998, quando houve uma reversão dessa tendência devido ao aumento dos preços da cesta básica. (DIEESE, 2010)

Em um período mais recente, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Governo Lula), na primeira década do século XXI, o aumento real do salário mínimo, os programas de transferência de renda, em especial o Bolsa Família, bem como um maior controle da inflação, foram fundamentais para contribuir significativamente com a melhora da acessibilidade alimentar. A inflação média anual durante o governo de Lula até 2009 foi mais de um terço (37%) menor do que os oito anos anteriores do governo de Fernando Henrique Cardoso (Governo FHC), permitindo que, em 2009, com um salário mínimo, fosse possível comprar mais de duas cestas básicas (2,2), em comparação com 2003, quando esse valor era suficiente para adquirir pouco mais de uma cesta básica. (DIEESE, 2010)

3.2. Análise da inflação no período recente

Nos últimos anos, a inflação dos alimentos no Brasil tem sido um tema recorrente no debate sobre a política econômica. Em 2010, a discussão principal estava voltada para a inflação de demanda, que impactava serviços e bens de consumo duráveis e não duráveis e pessoas beneficiadas pelo aumento da renda e das condições de crédito. No final de 2014, o centro do debate mudou para o comportamento dos preços controlados, cujas tarifas haviam sido artificialmente contidas, ao longo do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff e, com o fim dessa política, as tarifas sofreram um choque de alta.

Nesse mesmo período, a trajetória dos preços dos alimentos tornou-se o principal foco de pressão sobre o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Mas, a alta nos preços dos alimentos não é um fenômeno isolado, uma vez que, ao longo dos últimos anos, houve pelo menos três episódios de fortes aumentos nesse conjunto de produtos. As variações nos preços dos alimentos representaram quase 40% de toda a inflação acumulada no período de janeiro de 2010 a maio de 2016, o IPCA e os preços dos alimentos avançaram 81,1%, um

aumento significativamente superior à alta de 55,5% indicada pelo índice geral durante o mesmo período. (IPEA, 2016)

No entanto, é importante notar que esse aumento de preços coincidiu com um aumento nos custos de produção dos alimentos. De acordo com o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) que utiliza dados de preços ao produtor, desde janeiro de 2010, os preços dos defensivos agrícolas, rações e adubos aumentaram 73%, 107% e 69%, respectivamente. Os ciclos de alta inflacionária em 2011 e 2013 foram desencadeados, sobretudo, por um forte aumento nos preços das *commodities*. E mais, a partir de 2015, o processo de desvalorização da taxa de câmbio tornou-se o principal fator responsável pela inflação dos alimentos, dado o choque de custos que acarreta, impedindo que o país se beneficiasse da queda nos preços desses produtos no mercado internacional. (IPEA, 2016)

A desvalorização cambial pressionou os preços dos insumos agrícolas importados e estimulou a mudança de parte da produção doméstica para o mercado externo, causando um impacto significativo nos preços. Isso ocorreu em um contexto em que houve uma reversão nos preços das *commodities*, em parte devido a fatores climáticos como El Niño e La Niña, afetando as safras na América do Sul e na América do Norte, mudanças que afetaram os preços dos alimentos no mercado doméstico, contribuindo para uma ampliação da volatilidade nos preços. (IPEA, 2016)

Em um período mais recente, a trajetória da inflação dos alimentos no Brasil passou por notáveis oscilações durante os governos Lula (no atual começo de mandato) e Bolsonaro (de 2019 a 2022), o que revela mudanças significativas em sua dinâmica. Sob o governo de Lula, o país vem testemunhando uma tendência de queda nos preços dos alimentos, quando em junho de 2023, esse movimento atingiu o ápice, com uma queda acentuada que representou o maior declínio de preços em um período de 45 meses no município de São Paulo. No entanto, sob a gestão de Bolsonaro, a realidade se mostrou distinta, os preços dos alimentos aumentaram consideravelmente, com uma média de 57%, sendo esse aumento substancialmente superior à inflação geral do período, que ficou em torno de 30%. (PT, 2023; G1, 2023; FOLHA, 2023)

Considerando os primeiros nove meses do governo Bolsonaro, a inflação dos alimentos e bebidas atingiu seu nível mais alto em 28 anos. Além disso, a trajetória da inflação de alimentos apresentou outros marcos importantes, considerando que entre 2020 e o início de 2022, os preços dos alimentos subiram continuamente, atingindo uma taxa acumulada em 12 meses de mais de 12% em abril de 2022, quando esse foi o maior índice para esse período desde outubro de 2003. Após esse pico, a inflação, medida pelo IPCA,

começou a declinar gradualmente e em agosto de 2022, ela finalmente retornou a um valor de um dígito, registrando 8,73% em 12 meses. Um aspecto notável é que, sob o governo de Lula 3, após a saída de Bolsonaro, houve uma queda substancial nos preços de diversos alimentos, itens como arroz, feijão, óleo, batata e picanha experimentaram significativas reduções nos preços. (PT, 2023; G1, 2023; FOLHA, 2023)

A inflação de alimentos é apenas um dos fatores que contribuem à insegurança alimentar, e compreender como ela se relaciona com outros determinantes é fundamental para desenvolver estratégias eficazes de mitigação. Nesse contexto, é importante considerar os desafios recentes, como a pandemia global que afetou a economia e o fornecimento de alimentos em todo o mundo. A COVID-19 desencadeou perturbações nas cadeias de suprimentos, afetou a renda das famílias e destacou a importância da retomada e reforço de instituições, políticas e programas voltados à promoção da segurança alimentar, ressaltando a necessidade de avaliar como as populações enfrentaram esses desafios e as medidas adotadas para garantir o acesso a alimentos adequados em meio a esse cenário complexo.

4- Os impactos na Segurança Alimentar e Inflação nos Alimentos durante a Pandemia da COVID-19 no Brasil

A pandemia da COVID-19 deixou claro os desafios econômicos em termos da promoção da segurança alimentar no Brasil, pois durante o período de isolamento social e das restrições de mobilidade, testemunhou-se um agravamento da situação econômica, com consequente elevação dos preços dos alimentos essenciais, como arroz, feijão, carne e óleo de soja, impactando diretamente a capacidade das famílias de garantirem uma alimentação adequada, sobretudo para os grupos sociais de menor renda e/ou expostos a maiores níveis de vulnerabilidade social. (NERI, M; HECKSHER, M. 2022)

Além disso, o aumento da demanda externa por produtos brasileiros, resultante da piora da desvalorização da moeda nacional, que estimula a busca por mercados externos, dada a melhora na competitividade que a mudança cambial gera, contribuiu para a alta das exportações, pressionando a oferta interna desses itens básicos e elevando, ainda mais, seus preços no mercado doméstico. Tal cenário, agravado por problemas estruturais e logísticos, demandou a implementação de políticas econômicas e medidas para estimular a produção local e controlar os preços, visando atenuar os impactos adversos sobre a segurança alimentar das famílias brasileiras afetadas pela crise econômica decorrente da pandemia. (NERI, M; HECKSHER, M. 2022)

Lamentavelmente, o governo de Bolsonaro não demonstrou eficiência na formulação e implementação de políticas públicas capazes de enfrentar de maneira efetiva a insegurança alimentar exacerbada pela crise. Então, a falta de medidas coordenadas e abrangentes para estimular a distribuição interna, controlar preços e garantir o acesso dos cidadãos a uma alimentação adequada, durante esse período crítico, agravou os impactos econômicos sobre as famílias vulneráveis, à exceção dos anos 2020 e 2022, atenuados em razão da ampliação do gasto público em políticas sociais. No ano de 2020, a motivação à ampliação do gasto deu-se em função da pressão sobre o governo, para agir perante o caos imposto pela pandemia e, no ano de 2022, essa expansão foi motivada pelo pragmatismo eleitoral, já que Bolsonaro estava pleiteando o mandato de reeleição. (ARAÚJO, 2023)

Como consequência da inação política, indicadores econômicos retrocederam cerca 30 anos⁴ e, o país voltou ao mapa da fome¹, com o ressurgimento da fome passando a atingir cerca de 33 milhões de brasileiros, equiparando-se aos números alarmantes de 1992. Ou seja, pode-se afirmar que tal estatística representa um retrocesso marcante nos indicadores socioeconômicos do Brasil e se pode apontar três fatores que contribuíram significativamente para o agravamento dessa situação, são eles: (IG, 2022)

- O acentuado empobrecimento generalizado na população;
- A estagnação e declínio na renda média, refletidos no mercado de trabalho, com deterioração a partir de 2015 e;
- O desmonte progressivo dos programas de segurança alimentar e proteção social, que foi iniciado na gestão de Michel Temer e se agravou sob a gestão de Bolsonaro.

Ao assumir a Presidência em 2019, com uma canetada, por meio da Medida Provisória 870, Jair Bolsonaro extinguiu o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)⁵. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), em 8 anos, viu o seu orçamento cair mais de 90%, quando no ano de 2012 foram comercializadas cerca de 297 mil toneladas e em 2019, o número despencou para apenas 14 mil⁶.

Quanto ao programa Bolsa Família, em 2019 possuía uma longa fila de espera para acessar o benefício, a qual foi zerada em 2020, quando os beneficiários migraram para o Auxílio Emergencial, sob a emergência da pandemia de COVID-19 e os valores foram

⁴ Disponível em: <<https://economia.ig.com.br/2022-06-19/indicadores-economicos-retrocedem-ate-30-anos.html>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

⁵ Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/02/04/bolsonaro-promove-desmonte-das-politicas-de-seguranca-alimentar>> Acesso em: 26 nov. 2023.

⁶ Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/em-8-anos-aquisicao-de-alimentos-e-execucao-do-orcamento-do-paa-caem-mais-de-90-84e9>> Acesso em: 26 nov. 2023.

majorados. Em 2021, os valores e o número de beneficiários foram drasticamente reduzidos e, posteriormente, o Bolsa Família foi extinto e substituído pelo programa denominado Auxílio Brasil, que teve majoração nos valores transferidos em 2022, em razão do pragmatismo eleitoral já mencionado. (ARAÚJO, 2023)

A substituição do Bolsa Família pelo Auxílio Brasil, embora tenha dobrado o valor do benefício básico, com piso de R\$ 400, parece ter ocasionado uma redução na eficácia do programa, evidenciada pelo esvaziamento do Cadastro Único e pela substancial diminuição no investimento em políticas de segurança alimentar, dado que foi ocorrendo o desmonte já citado das políticas e programas à promoção da segurança alimentar. Não apenas o desmantelamento das políticas de combate à insegurança alimentar, mas também a população brasileira se viu diante de um cenário semelhante ao observado em 2003, durante o primeiro ano do governo Lula, naquele período, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE, atingiu 11,73% no acumulado de 12 meses, comparável aos 11,02% registrados quase duas décadas atrás. (IBGE, 2022)

Os impactos da pandemia criaram entraves significativos na produção global, e, além disso, no ano de 2020, registraram-se eventos climáticos adversos, como períodos com seca e geada, que impactaram de forma substancial a produção de alimentos e a geração de energia elétrica no território nacional. Esses choques de custos geraram uma redução na oferta de alimentos e de energia, desencadeando um cenário de pressão inflacionária, pressionando ainda mais os preços dos produtos alimentícios e da eletricidade, o que se refletiu diretamente no Índice de Preços ao Consumidor. Simultaneamente, a instabilidade política contribuiu para um agravamento no quadro de desvalorização do dólar, exercendo pressão adicional sobre os preços internos. Diante desse contexto desafiador, a taxa básica de juros (Selic) foi elevada para 13,25%, atingindo o nível mais alto desde o final de 2016 que fechou o ano no patamar de 13,75%, em uma tentativa de conter os efeitos da inflação sobre a economia nacional. (BCB, 2022)

Segundo Araújo (2023), a gestão de Campos Neto no Banco Central se atrasou em promover a elevação na taxa SELIC, a qual se encontrava naquele contexto pandêmico no menor patamar histórico e, posteriormente, iniciou um acelerado ciclo de alta, que em poucos meses colocou o Brasil na posição de campeão no ranking mundial de juros. Esse ‘atraso’ no ajuste necessário na SELIC, ampliou o grau no qual o real se desvalorizou, contribuindo para ampliar as pressões inflacionárias no país.

Então, em meio a uma gestão de política econômica guiada por um neoliberalismo radicalizado, o qual foi perturbado, mas não abandonado pela pandemia e pelo pragmatismo

político eleitoreiro (ARAÚJO, 2023), a insegurança alimentar figurou como um ponto crítico, com 30,7% da população sofrendo de forma moderada a grave em 2022. Além disso, a diferença entre a insegurança alimentar nas áreas rurais e urbanas é algo assustador, com uma disparidade de 20%, ressaltando a necessidade de políticas específicas para cada contexto. (IBARRA, 2023)

Os preços dos alimentos também têm emergido como uma preocupação crescente, com um aumento de 37,5% entre o final de 2019 e o final de 2022, em comparação com o aumento geral de 21,7% nos índices de preços ao consumidor. Esses aumentos afetam desproporcionalmente os estratos mais pobres da população com diferentes impactos regionais e nos diferentes territórios, como Maranhão e Pará, apresentando exacerbado grau de insegurança alimentar nesses locais. (IBARRA, 2023)

Desse modo, o foco do governo em termos da promoção da segurança alimentar deve ser redirecionado para áreas estratégicas, como o redesenho de programas sociais essenciais, a exemplo do Bolsa Família. Além disso, é vital aumentar os recursos destinados a programas de alimentação escolar, garantindo o acesso adequado à alimentação para os estudantes, o fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a reintrodução do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), as quais se constituem em ações cruciais no caminho para erradicar a fome no Brasil.

Essas iniciativas, semelhantes àquelas que contribuíram para a saída do país do Mapa da Fome em 2014, colocam-se como essenciais para superar os desafios atuais e garantir a segurança alimentar de todos os brasileiros. Contudo, ao considerar os números que mensuram e dimensionam a insegurança alimentar no país e o extenso número de fatores que corroboram para tal mazela, torna-se evidente a necessidade de políticas públicas abrangentes que não apenas respondam às crises imediatas, ou autem de modo paliativo, mas que, sobretudo enfrentem as raízes estruturais da pobreza e da insegurança alimentar para promover desenvolvimento com equidade.

Conclusão

Durante os governos do PT, o Brasil testemunhou avanços significativos na luta contra a insegurança alimentar. Programas emblemáticos como o Fome Zero e o Bolsa Família, além do fortalecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar e a criação do Programa de Aquisição de Alimentos, direcionaram esforços para erradicar a fome e promover a segurança alimentar. O Pronaf e o Planapo também se destacaram ao apoiar a

agricultura familiar e promover práticas agrícolas sustentáveis, evidenciando um compromisso com a redução das desigualdades e o desenvolvimento rural. Essas ações integradas contribuíram à melhoria das condições de vida de milhões de brasileiros, marcando um período de notáveis avanços na questão alimentar no país. No entanto, os governos subsequentes, de Michel Temer e Bolsonaro, foram caracterizados pela retomada de políticas ultra neoliberais, as quais marcaram um retrocesso evidente, o qual foi ainda mais acentuado durante a pandemia de COVID-19.

A desarticulação das políticas de combate à fome nos governos de Temer e Bolsonaro resultou no ressurgimento da fome para milhões de brasileiros, destacando a urgência da retomada da estratégia que já foi implementada e culminou na praticamente extinção da fome no Brasil. A conjuntura da pandemia, aliada a políticas governamentais ineficazes, agravaram a situação, enfatizando a necessidade premente de revitalizar programas de transferência de renda e fortalecer a agricultura familiar.

Nesse sentido, a reintrodução do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), no Governo Lula 3, representa um avanço relevante ao retorno político do combate à fome como agenda da política prioritária. O desafio de erradicar a fome exige políticas governamentais que se consolidem como política de estado, indo além de qualquer agenda de governo, fortalecidas com uma mobilização social contínua. Restaurar a segurança alimentar no Brasil requer um esforço coletivo, por meio de uma ação integrada de políticas, programas, instituições, que venham a se consolidar como política de Estado, em busca de equidade e justiça social.

Tornar a promoção da segurança alimentar uma política de Estado é fundamental, para que nenhum governo possa colocá-la em risco, seja por meio do desmonte institucional e/ou do esvaziamento orçamentário. Quanto à capacidade política e econômica de erradicar a fome, não resta dúvida do quão fácil e rápido tal ambição pode ser alcançada, considerando que essa conquista social e humanitária já foi alcançada em 2014, num breve interregno de 11 anos de esforços de ação política articulada.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, V. L. **A economia brasileira sob o governo Bolsonaro (2019-2022): neoliberalismo radical e pragmatismo econômico.** Texto para discussão sobre o Desenvolvimento, CICEF, n. 1, p. 1-31, jul. 2023. DOI: <https://doi.org/10.29327/5286230>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: Capítulo II - Da Seguridade Social, Art. 194 a 204.** Promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Taxas de juros básicas – Histórico.** Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>. Acesso em 29 nov. 2023.

BANCO MUNDIAL. **Relatório de Pobreza e Equidade no Brasil: olhando para o futuro após duas crises.** Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/25e36349-9396-53bc-95a9-10e5c6d008ef/content>. Acesso em: 29 nov. 2023.

BURITY, Valéria et al. **Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional.** Brasília: ABRANDH, 2010. 204 p. Disponível em: <http://www.abrandh.org.br/download/20101101121244.pdf>. Acesso em: 06 out. 2023.

CAMPELO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula (Organizadoras). **Linha do tempo | Combate à fome: 75 anos de políticas públicas.** In: Da Fome à Fome: Diálogos com Josué de Castro. São Paulo: Cátedra Josué de Castro; Zabelê Comunicação; Editora Elefante, 2022.

COUTO, Ebenézer Pereira. **Economia política dos preços de alimentos, instabilidade econômica e regulação no capitalismo contemporâneo.** In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer;

DEL GROSSI, José Graziano; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; FRANÇA, Caio Galvão. **A redução da pobreza: de 44 milhões para 29,6 milhões de pessoas.** In: SILVA, José Graziano et al. Fome zero: A experiência brasileira. Brasília: MDA, 2010.

DIEESE. **Política de Valorização do Salário Mínimo: considerações sobre o valor a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2010.** Nota Técnica, nº 86, jan. 2010. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2010/notatec86SALARIOMINIMO2010.html>. Acesso em: 08 out. 2023.

FAO. **From Fome Zero to Zero Hunger.** Ano de publicação não especificado. Disponível em: <https://www.fao.org/director-general/former-dg/director-general/from-fomezero-to-zerohunger/pt/>. Acesso em: 23 de agosto de 2023.

FURNO, J.; ROSSI, P. **Economia para transformação social.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Autonomia Literária, 2023.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Inflação dos alimentos é de 57% no governo Bolsonaro.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/01/inflacao-dos-alimentos-e-de-57-no-governo-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 04 nov. 2023.

GUEDES, ALINE. **O retorno do Brasil ao Mapa da Fome da ONU preocupa senadores e estudiosos.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos>. Acesso em: 15 out. 2023.

GUITARRARA, Paloma. **Insegurança alimentar. Brasil Escola.** Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/inseguranca-alimentar.htm>. Acesso em 27 de agosto de 2023.

G1. **IPCA: inflação fica em 0,47% em maio e desacelera para 11,73% em 12 meses.** Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/06/09/ipca-inflacao-fica-em-047percent-em-maio.ghtml>. Acesso em: 04 nov. 2023.

IG. **Indicadores econômicos retrocedem 30 anos e país volta ao mapa da fome.** Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2022-06-19/indicadores-economicos-retrocedem-ate-30-anos.html>. Acesso em: 26 nov. 2023.

IBGE. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor.** Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2003_dez.pdf ; https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2022_jun.pdf. Acesso em: 29 nov. 2023.

IPEA. **Repositório IPEA.** Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6917>. Acesso em: 03 nov. 2023.

IBARRA, GABRIEL; VALE, RICARDO. **Inflação de alimentos e insegurança alimentar no Brasil.** The World Bank. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-food-insecurity-and-food-inflation>. Acesso em: 01 dez. 2023.

JOSUÉ, Castro de. **Geografia da Fome: O Dilema Brasileiro - Pão ou Aço.** 10ª ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

NERI, M. e HECKSHER, M. (2022). **A Montanha-Russa da Pobreza** – 15 págs., Rio de Janeiro, RJ – junho/2022 - FGV Social.

PENSSAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil.** Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021.

PINHO, **Manual de Economia.** [S.I]: Saraiva, 2017.

PT. **Efeito Lula: alimentos têm a menor pressão na inflação em 45 meses em SP.** Disponível em: <https://pt.org.br/efeito-lula-alimentos-tem-a-menor-pressao-na-inflacao-em-45-meses-em-sp/>. Acesso em: 04 nov. 2023.

RAMOS, Pedro. **Segurança Alimentar:** Produção Agrícola e Desenvolvimento Territorial. Campinas: Editora Alínea, 2010. p. 279-304.